

TRIBUTO SAUDÁVEL: PELO FIM DOS SUBSÍDIOS AOS REFRIGERANTES

Campanha será lançada na próxima quinta-feira, dia 11, quando é celebrado o Dia Nacional de Prevenção da Obesidade

No Brasil, mais da metade da população tem excesso de peso (56,9%), o que equivale a cerca de 82 milhões de pessoas com 18 anos ou mais, e a obesidade já atinge mais de 20% da população. No mundo, os números são alarmantes: 41 milhões de crianças menores de cinco anos têm excesso de peso. Um dos maiores vilões é o consumo regular de bebidas açucaradas, segundo pesquisas feitas pela Associação Europeia para o Estudo da Obesidade.

Neste cenário nada favorável à saúde da população, a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável e a ACT Promoção da Saúde lançam a campanha Tributo Saudável (#TributoSaudavel) na próxima quinta-feira, 11 de outubro, Dia Nacional de Prevenção da Obesidade.

Usando mídias sociais e um vídeo sobre o tema, intitulado “O lado amargo do açúcar”, além de uma petição online, a campanha tem como objetivo alertar sobre a importância da manutenção do decreto presidencial 9.394, publicado em maio de 2018, que havia reduzido incentivos fiscais recebidos pela indústria das bebidas açucaradas na Zona Franca e que foi enfraquecido por um novo decreto, 9.514, de setembro. Um lobby intenso do setor atua nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário para manter esse quadro, derrubar o decreto 9.394 e garantir as vantagens tributárias para o setor.

“O sistema tributário brasileiro é extremamente complexo e sabemos que os créditos de IPI para as empresas situadas na Zona Franca de Manaus representam apenas um dos vários incentivos fiscais concedidos à indústria de bebidas açucaradas”, diz Paula Johns, diretora geral da ACT Promoção da Saúde, organização membro da Aliança.

Em junho, durante audiência pública no Senado sobre a questão, a Receita Federal desmentiu dados apresentados pela indústria de bebidas açucaradas, mostrando que o setor chega a dar prejuízo de arrecadação para o governo – em 2016, R\$ 767 milhões negativos no IPI. A carga tributária total de uma empresa de refrigerantes que compra concentrados da Zona Franca fica em 4,77%. No total, segundo a Receita Federal, o setor tem incentivos de R\$ 3,8 bilhões anuais.

Uma das medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a redução da obesidade é o aumento de tributos de bebidas açucaradas, como os refrigerantes e os sucos de caixa a exemplo do que foi feito com os produtos de tabaco, para reduzir as taxas de fumantes. Com os preços mais altos, a tendência é que o consumo caia, assim como os problemas causados por esse tipo de produto – México, Reino Unido e África do Sul, por exemplo, já adotaram a medida.

Ainda de acordo com a diretora geral da ACT, “a situação vivenciada levanta um debate fundamental sobre justiça social e fiscal: dinheiro público não deveria ser destinado para fomentar a atividade de empresas cujos produtos geram danos à sociedade, principalmente na saúde pública - que enfrenta um subfinanciamento grave com o congelamento de recursos para os próximos 20 anos previsto na Emenda Constitucional nº 95 e com os cortes de gastos”.

A obesidade é um importante fator de risco para diversas doenças crônicas não transmissíveis, como dislipidemia, hipertensão arterial, infarto agudo do miocárdio, diabetes mellitus tipo 2, síndrome metabólica, alguns tipos de câncer (incluindo mama, ovários, endométrio, próstata, rim e cólon) e outras repercussões graves a médio e longo prazo.

Campanha #TributoSaudavel: www.tributosaudavel.org.br

INFORMAÇÕES À IMPRENSA

ACT Promoção da Saúde e Idec - Membros da Aliança pela
Alimentação Adequada e Saudável

Anna Monteiro - anna.monteiro@actbr.org.br - (55 21) 98152-8077

Mariana Claudino – mariana.claudino@actbr.org.br – (55 21) 98133-3192

Jéssica Ribeiro – jessica.ribeiro@idec.org.br – (55 11) 98365-8802